

ENTREVISTA

O IBGE e os desafios do Censo Quilombola 2022: entrevista com Daiane Ciriáco

Entrevistadoras: Fátima Tavares e Cíntia Beatriz Müller

Transcrição: Camila Chagas, bolsista IC/UFBA/CNPq

Daiane Ciriáco - Graduada em Geografia, Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade de São Paulo (2009). Especialista em Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão pela Fundação Getúlio Vargas (2016), mestranda em Antropologia Social no Museu Nacional (2020-), LideraGover 4.0. Atualmente, é servidora pública federal lotada na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na Seção de Base Territorial da Superintendência da Bahia. No IBGE, integra os Grupos de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais e de Favelas e Comunidades Urbanas. Também atua como pesquisadora em temas como representações gráficas e espaciais de dados estatísticos, produção de estatísticas oficiais para povos e comunidades tradicionais, ações afirmativas, cotas raciais, políticas públicas, racismo estrutural e racismo institucional. Desenvolve, ainda, pesquisas sobre o lugar do corpo preto na sociedade a partir da linguagem da dança e do movimento, em especial de danças afrodiáspóricas e africanas, tradicionais e contemporâneas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0079-822X>

Resumo

A entrevista apresenta alguns desafios do IBGE relativos à produção do Censo Quilombola 2022. O período pré-produção envolveu articulações internas e externas ao Órgão (com outras instituições e com o movimento quilombola) na construção de sensibilidades e metodologias, além do mapeamento das localidades quilombolas para a “aplicação” do questionário com a pergunta sobre a identificação “quilombola”. Por fim, também foi abordado o período pós-produção do censo, com questões em torno da divulgação.

Palavras-Chave: Censo Quilombola. Mapeamento. Identificação Quilombola.

Geógrafa (USP) e mestranda em antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ), atualmente finalizando sua dissertação sobre a construção do Censo quilombola de 2022 pelo IBGE, Daiane Ciriáco é servidora do Órgão, tendo participado ativamente do planejamento e divulgação do Censo. Conversamos com Daiane pela plataforma *Google Meet*, em 06 de novembro de 2024, sobre os desafios da realização do censo e os resultados iniciais. Esta entrevista, que foi posteriormente transcrita, manteve o coloquialismo da conversa, sendo editada apenas para adequar-se à forma escrita, excluindo os maneirismos da linguagem oral.

Qual é a sua formação, Daiane?

Eu sou geógrafa, formada na USP, com especialização na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, em “Bens Culturais: Economia e Gestão”. Entrei no mestrado na UFRJ, no Museu Nacional. Sou de São Paulo, morei no Rio e agora eu moro aqui em Salvador. Estou terminando o mestrado, que comecei em 2020, sobre o Censo Quilombola.

Como o Censo atrasou e eu estava muito envolvida com o Censo, o planejamento, a divulgação e tudo, eu não consegui parar para escrever a dissertação. Enfim, o censo foi sendo o meu campo para o mestrado. Depois que a gente concluiu o Censo e divulgou os primeiros resultados, eu fiz entrevistas com algumas pessoas que participaram do processo dentro do IBGE, além de parceiros de outros órgãos do Estado e lideranças quilombolas, que estiveram envolvidos no processo. Estou na fase de finalização da escrita, de contar como é o Censo quilombola, como o IBGE mobilizou a si mesmo e outros atores, e o contato com a sociedade civil. Então, é uma etnografia sobre o IBGE a partir desse trabalho do Censo quilombola, que eu participei ativamente, e participo até hoje. Porque não acaba depois que se levantam os dados. Tem a divulgação, e

são várias coisas para divulgar, planejamento de operações futuras, enfim.

E como é que foi fazer uma etnografia no IBGE? Porque os alunos sempre nos perguntam como é fazer etnografia dentro de uma instituição pública.

Primeiro, eu queria dizer que o termo “etnografia” e aquela coisa da Antropologia Clássica, da formação da antropologia “super colonial”, isso era uma coisa que me angustiava muito. E isso está presente hoje na academia, não é uma coisa que está cristalizada no passado.

Quando eu pensei esse tema, foi uma discussão com as pessoas que também são responsáveis pelo tema no IBGE. A gente tem um grupo de trabalho no IBGE - Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais -, que pensa metodologias e conceitos que o IBGE operacionaliza, levanta dados, e depois divulga essas informações para povos e comunidades tradicionais. Enfim, é um grupo superaberto, super acolhedor também, que teve um papel muito importante para mim, enquanto servidora, numa instituição pública de quase 90 anos.

Nesse grupo surgiu essa ideia. Eu queria tratar esse processo do Censo Quilombola no IBGE, mas eu não queria ter os quilombolas, entre muitas aspas, como meu objeto de estudo. Eu não me sinto à vontade de ter pessoas - eu, uma mulher negra, inclusive -, de ter grupos como objetos de estudo. Eu acho que essa relação da antropologia ainda é uma relação muito exploratória, desigual. Não compactuo com ela. Então, eu tinha essa angústia. Eu sabia que eu não queria ter a CONAQ, que é a coordenação nacional de representação dos quilombolas [Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas], como objeto de estudo.

Então fui tentando descobrir, durante a pesquisa, quais seriam as formas pelas quais eu iria abordar esse processo. Depois de muitas reflexões, inclusive com o meu orientador, que é o John Comerford, que trabalha com o movimento sindical no campo, a gente chegou à conclusão de fazer a etnografia do IBGE.

Eu precisei conversar com pessoas do IBGE de várias áreas e lugares, que participaram desse processo. O IBGE é uma instituição muito grande. Além de ser uma instituição antiga, é a instituição oficial, responsável pela produção oficial das estatísticas no Brasil. Essa Instituição está presente no Brasil inteiro. O IBGE tem uma sede que fica no Rio; em cada capital tem uma superintendência estadual; e tem agências em alguns municípios: cerca de 560 agências que dão conta de um município ou mais, ou seja, todo o território nacional está coberto pelo IBGE. Existe uma capilaridade muito grande. E o que a gente tira disso? Que existe uma heterogeneidade muito grande em uma instituição desse tamanho; para a gente pensar o Estado não como uma coisa monolítica, rígida. E a minha discussão é pensar esse “Estado” a partir do IBGE.

O IBGE, como um órgão de Estado que tem suas metodologias respaldadas, é uma referência internacional na produção estatística. O nosso censo é completamente digital hoje em dia, o que implica também no nosso trabalho, no nosso modo de fazer, como os técnicos do IBGE conseguem participar dessa máquina muito diversa. A estrutura do IBGE revela essa diversidade: dependendo da região, a gente vai ter mais ou menos abertura ao tema do Censo Quilombola, mais ou menos aceitação, vai ter mais ou menos racismo de uma forma mais explícita. Isso tudo aparece na minha pesquisa.

Qual foi o discurso institucional que a gente teve para “vender” [o censo quilombola] para o IBGE? Por que não adianta o Grupo de Trabalho pensar, sozinho, na sede do IBGE um tema

que é superimportante - a gente vai coletar dados sobre quilombolas, mas o que é que eu preciso para isso? Eu tenho que mobilizar toda a rede do IBGE: a rede de superintendências, a rede de agências. E aí é que entra essa mobilização: como essa rede se articula com as lideranças quilombolas locais, com outros órgãos do Estado - a Fundação Palmares, o INCRA, a SEPIIR [Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], que agora é o Ministério da Igualdade Racial, com a UNFPA [Fundo de População das Nações Unidas], que também participou desse projeto, além de prefeituras, movimentos sociais e outros atores locais.

O IBGE tem lá todas as suas questões. Existe um racismo institucional muito grande. Como isso também aparece? Quais são as escolhas que a gente faz? Porque o discurso técnico “maquia” muitas vezes uma questão política. A partir de escolhas técnicas, da tecnicidade - a gente está falando de um órgão de estatística oficial. Têm procedimentos que cumprem padrões internacionais, recomendações internacionais que a gente tem que seguir, as estatísticas precisam de boas práticas; precisa, por exemplo, de coleta padronizada, precisa garantir o sigilo das informações.

Isso passa por uma discussão muito técnica. Só que a gente sabe que tem questões políticas muito importantes por trás disso. Eu sei que eu não vou dar conta de tudo numa pesquisa de mestrado - são muitos leques, em cada entrevista que eu fazia, muitos caminhos eram abertos, muitas possibilidades. Nesse processo de escrita estou afunilando, estou trazendo um fio para conduzir essas relações que foram muitas vezes paralelas, sobrepostas. Tem um esforço analítico também muito grande de tentar separar coisas que às vezes não são separáveis, como a relação do IBGE com a sua rede (internamente); do IBGE com os movimentos sociais, do IBGE com os outros órgãos parceiros; qual o papel do Estado nessa

discussão; como o Estado trata historicamente as pessoas quilombolas. Também tem um histórico do termo quilombola que foi ressignificado, da criminalização na época da escravização até mudar completamente para uma categoria jurídica de direitos depois da Constituição de 88. Então também tem um pouco dessa discussão.

A gente pode pegar esse gancho, mas você podia falar a partir do lugar que você ocupou na produção do censo: como o IBGE se engaja, quais foram os principais desafios que você destacaria para fazer o Censo Quilombola? Se você souber alguma coisa do Censo Indígena também, o que você destacaria?

O Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais, do qual faço parte, pensa principalmente nesses dois segmentos dentro do IBGE, que são os indígenas, que já existiam em levantamentos mais antigos, e os quilombolas, que foi a primeira vez nesse Censo. Mas no âmbito desse Grupo de Trabalho, é a primeira vez que o IBGE entra em contato com os representantes desses segmentos. A gente fez consultas seguindo as recomendações da Convenção 169 da OIT, de que qualquer coisa que atinja diretamente ou indiretamente os grupos tradicionais, essas pessoas precisam ser consultadas: precisam ser consultas prévias, livres e esclarecidas, no sentido de que elas têm que saber sobre o que elas estão opinando.

Existe um processo de tradução dessa linguagem técnica cheia de conceitos e siglas e coisas que o IBGE usa para as consultas, para que quilombolas e indígenas pudessem, de fato, decidir e construir com o IBGE o Censo quilombola e o Censo indígena de 2022. E qual é o meu lugar? Eu entrei no IBGE no finalzinho de 2016, foi o último concurso que teve antes do concurso nacional unificado [realizado em 2024]. Eu entrei na

Coordenação de Geografia - trabalhava na Gerência de Atlas, que cuida das representações espaciais, geográficas e socioespaciais do território brasileiro. Eu era muito nova no IBGE, o Grupo de Trabalho já existia, eu não conhecia ainda essas pessoas. Então teve uma reunião do Grupo de Trabalho com a minha equipe - as pessoas já sabiam que eu tinha interesse por esse tema [quilombolas], e meu chefe na época pediu para eu participar dessa reunião porque ele era um homem branco que não entendia nada do que ia ser discutido e também não tinha nenhum interesse. Nessa reunião, os coordenadores do Grupo de Trabalho pediam que nós, da Gerência de Atlas, déssemos visibilidade ao tema de povos e comunidades tradicionais nos nossos produtos. Aquilo já me levantou um alerta - eu quero participar disso. Depois dessa reunião, eu conversei com eles, e falaram: “A gente vai fazer agora uma prova-piloto, um teste para o censo, estamos precisando de gente. Se o seu chefe te liberar, você pode entrar no grupo para ontem”. Foi essa a aproximação com esse Grupo de Trabalho, e foi muito bom, porque tem toda uma trajetória profissional que eu percebi, a partir do meu trabalho, dos meus conhecimentos, da minha contribuição com esse Grupo, que era um grupo muito diferente de tudo que eu já tinha conhecido dentro do IBGE. Eu pude também trazer questões minhas, identitárias, políticas, de militância mesmo: como a gente usa nosso trabalho como uma ferramenta de transformação. Até então eu não via muito essa possibilidade dentro do IBGE. Antes de trabalhar no IBGE, eu trabalhava em uma editora de livros didáticos, no editorial de Geografia, então tem essa questão da representação das populações negras, das pessoas indígenas, dos povos indígenas nos materiais didáticos; eu tinha essa coisa da representação, que não reproduzisse estigmas, estereótipos ou reforçasse estereótipos. Isso acontece, inclusive, nos materiais do IBGE - se a gente não prestar atenção, têm vários

racismos que são perpetuados nessas estruturas; mas era uma coisa que eu achava muito limitada, perto da capacidade que eu tinha de atuação. Então, quando eu entrei nesse Grupo de Trabalho, eu percebi uma real possibilidade de mudança, de transformação, de usar o meu trabalho para fazer alguma coisa que eu realmente acreditasse. Por isso que esse tema é tão caro e tão importante para mim, e eu trato com tanto cuidado.

Essa participação no Grupo de Trabalho foi isso: de cara eu já participei dessa prova-piloto, fui para uma terra indígena de acesso difícil, a Terra Indígena Mamoadate, que fica no Acre. Foi minha primeira viagem de campo para o Censo: a gente ainda estava querendo testar como o equipamento funcionava numa área que não tem energia elétrica todo o tempo, que não tem internet disponível. Isso é uma operação muito, muito, muito complexa, e [o IBGE] vai realmente a todos os lugares, já ia nas comunidades quilombolas, mas não existia um quesito de identificação para as pessoas dizerem: “eu sou quilombola”. Para os indígenas, já existia há muito tempo, mas da forma como foi feito também para 2022, foi inédita. Esse é o meu lugar de pessoa física e pessoa servidora pública, que as coisas se confundem, não tem como separar, é óbvio que todos os servidores carregam os seus valores, as suas crenças, não dá para fingir que existe uma neutralidade nesse sentido.

O que mais que eu posso dizer em relação a isso? Foram processos de teste e de construção conjunta nessas consultas com a CONAQ e outros representantes quilombolas e indígenas também. A gente sempre fazia consultas: eram geralmente três, quatro dias de consulta; eram dois dias com quilombolas, dois dias com indígenas e um dia para a gente discutir internamente como lidar com as coisas que vinham, porque as coisas tinham que sair de lá com acordo, um consenso. Quando não tinha consenso, o IBGE falava: “Ó, vamos discutir, a gente vai levantar, vai fazer a lição de casa e vai trazer a resposta

para vocês para a gente discutir na próxima consulta”. Enfim, teve toda essa construção a partir desse entendimento de que era preciso conversar com a “casa” [IBGE] como um todo, com os nossos parceiros institucionais e com o movimento social.

Você até agora abordou a própria formulação que consta nos documentos [já publicados do censo]. Tinha três possibilidades de pergunta: “Você é quilombola?”, “Você se considerada quilombola?” ... Essa é a forma como vocês vão chegar nas comunidades. E como é para aplicar? Como é que vocês mobilizaram os recenseadores? Quem foram os recenseadores?

Teve um trabalho “de casa”, eu estou escrevendo isso agora [na dissertação], que é convencer o nosso corpo técnico de que esse tema era importante. O que o Grupo de Trabalho fez? A gente tinha que pensar um projeto técnico que não tivesse falhas. Porque coletar dados sobre indígenas, sobre quilombolas, isso é importante, mas isso não é uma coisa dada, não é todo mundo que entende isso. Se você vai falar de sexo, idade, de demografia, está lá, o censo tem que ter, essas perguntas são básicas. Mas agora, como vai contar quilombolas? O que isso representa para a população? A população tem mais de 200 milhões de pessoas, quem são os quilombolas? Eles existem mesmo? Tem também um racismo e uma falta de conhecimento sobre essa realidade, sobre o próprio termo.

Tem gente que nunca ouviu falar [de quilombolas]; inclusive têm comunidade quilombola que não se reconhece pelo termo “quilombola”, elas usam outros termos. São as Terras de Preto, Terras de Santo, os Kalunga são os Kalunga [em Goiás], ponto. Então, o termo “quilombola” pode ser estranho à própria comunidade, que às vezes se lê como uma comunidade negra rural, por exemplo, ou uma comunidade de

favela, não se entende como quilombola. Não se encaixa nessa categoria estatal, política, jurídica, que foi criada ao longo do tempo.

Pensando no IBGE, naquela estrutura gigante, para o censo é montado uma estrutura muito maior - a gente teve quase 200 mil pessoas trabalhando no censo demográfico. É muita gente. Óbvio que nem todo mundo atuou nas áreas quilombolas e nas áreas indígenas, mas são 200 mil pessoas, então tem que ter um discurso institucional muito amarrado para dar conta dessa realidade. A gente não queria colocar que essa [os quilombolas] é uma questão política, que a gente tem que fazer por uma questão social, isso não ia colar com todo mundo. Então, a estratégia dos coordenadores do Grupo de Trabalho foi desenhar um projeto técnico, dialogado com todas as áreas do IBGE. Identificar todas as áreas que estão envolvidas no censo, como elas impactam no levantamento das informações e como elas impactam na contagem dos quilombolas. A gente teve que pensar em orçamento, em treinamento, nos sistemas de informática, toda a parte de mapeamento, de identificação das áreas quilombolas. Teve que ter um diálogo realmente muito respeitoso, de entender como aquela área [do IBGE] pensa, para gente conseguir estruturar um projeto técnico que atendesse, que respondesse às perguntas que aquela área ia nos fazer.

Por exemplo, o treinamento do censo, o treinamento geral para uma pessoa que vai trabalhar em qualquer área do censo dura cinco dias para o recenseador. Só que foi acordado em consulta que deveria ter um treinamento diferenciado para quem fosse atuar nas áreas quilombolas e indígenas. Pela primeira vez o IBGE elaborou esse treinamento diferenciado. Então, as pessoas não chegaram lá [nas localidades quilombolas e indígenas] despreparadas: sabiam como iam abordar, às vezes ia ter guia comunitário, ou alguém da FUNAI, no caso dos

indígenas, isso foi acordado em consulta. Só que para o IBGE, um dia a mais de treinamento significa um dia mais de pagamento para os recenseadores que vão participar desse treinamento.

O treinamento tem impacto direto no orçamento do censo. Os superiores todos, o conselho diretor, colocavam que essa operação não poderia onerar a operação geral do censo. Isso poderia ser usado, inclusive, como uma arma contra o censo indígena e contra o censo quilombola: “Vocês estão deixando o censo muito caro”, “A gente não pode fazer, porque não tem dinheiro”. E a estratégia era justamente essa. A gente vai então estruturar de uma forma técnica, que não atrapalhe, que não onere tanto a operação. E aí, existiu um acordo com os diretores e depois, inclusive, com os quilombolas, de que a pergunta que ficou, os testes mostraram que a melhor pergunta a ser feita era: “Você se considera quilombola?”. Essa era a pergunta. Esse era o quesito.

Se a pessoa respondia “sim”, aparecia uma segunda pergunta: “Qual é o nome da sua comunidade?”. Porque também tem a questão do pertencimento comunitário, e os quilombolas queriam muito esse mapeamento das comunidades quilombolas - a gente sabe que é muito além das que foram certificadas, das que foram tituladas. Isso aí é uma outra pergunta. Mas os testes mostraram também que quando você se afastava das comunidades, essa pergunta gerava problemas para a operação [do censo]. As pessoas não sabiam o que era, as pessoas não queriam responder, às vezes era uma área de conflito. As pessoas sentiam raiva dos quilombolas: “Aqui não tem quilombola”, “Aqui ninguém é quilombola”, não se quer assumir que tem quilombola naquele lugar. Você vai se afastando das comunidades, você tem questões muito sérias, que podem impactar a coleta no sentido de inviabilizar mesmo: “Acabou”, “Não vou responder”. Porque ninguém é obrigado a

responder. Isso podia acontecer. Além disso, a configuração dos quilombolas no território brasileiro é uma configuração dispersa. Eles não estão só nas comunidades, núcleos, aquela ideia de remanescente, os que sobraram. Não, essas pessoas tiveram várias formações de comunidades quilombolas, inclusive em contexto urbano. Várias pessoas que saíram de suas comunidades e se mudaram, foram fazer universidade, trabalhar, morar em qualquer lugar do Brasil. Então, como é que a gente vai captar essas pessoas? Essa discussão foi muito séria, porque foi a primeira definição: de que não poderia “abrir” [a pergunta] para o Brasil inteiro. É o primeiro censo que tem [o quesito de identificação étnico-quilombola].

Para os indígenas também não “abria” [a pergunta]. Antigamente não “abria” para o Brasil inteiro. A pergunta de cor ou raça - que é “sua a cor ou raça é: branca, preta, amarela, pardo ou indígena” -, só “abria” no questionário da amostra. Ela passa a “abrir” para todo mundo em 2010. Então, os indígenas já eram “trabalhados” de uma certa forma pela “casa”, já tinham conhecimento acumulado disso, havia uma pergunta de cobertura que era espacialmente controlada. Sobre os quilombolas não tinha nada. Então, a gente não “abriria” essa pergunta para o Brasil inteiro, porque podia ter muito viés, podia ter muitas questões e ia impactar muito no orçamento.

Então, uma coisa foi discutida em consulta e os quilombolas aceitaram, até porque eles tinham a preocupação de que pessoas não quilombolas se declarassem quilombolas. Tem uma questão muito deles: a questão da banalização do termo “quilombamento”. Qualquer pessoa, qualquer reunião do movimento negro urbano: “a gente está se quilombando”. Tem uma galera do movimento quilombola que não gosta, que acha que essas pessoas não têm que se declarar quilombolas. Ao mesmo tempo, assim como o IBGE não é algo monolítico, a

CONAQ também não é. Então, tinha representante da CONAQ que falava: “Deixa se declarar, quer se declarar, se declara. Melhor para a gente, tem mais gente”. E tem gente que não: “A gente quer saber das nossas comunidades, a gente precisa saber”. Enfim, o que foi decidido na consulta? A pergunta, os dois quesitos de pertencimento étnico quilombola, eles não seriam “abertos” no Brasil inteiro. Eles seriam abertos nas áreas que o IBGE chamou depois de “localidades quilombolas”.

E o que são essas localidades quilombolas? São formadas por três grupos: os “territórios quilombolas oficialmente delimitados”. Então, pega lá os dados do INCRA, dos institutos de terra, tudo que tem alguma demarcação, alguma delimitação, que tem algum daqueles status de delimitação, esses são uma parte que compõe as localidades quilombolas. Temos os “agrupamentos quilombolas”, que é algo mapeado pelo IBGE, que é uma comunidade que reúne 15 pessoas ou mais que se identifiquem como quilombola, e que também tem uma questão de contiguidade - os domicílios têm que estar próximos uns dos outros até 200 metros -, o IBGE mapeou essas áreas. E tem o que a gente chamou de “outras localidades quilombolas”, que são áreas em potencial que a gente acha que tem quilombola, que a gente foi informado de que tem uma família que se mudou para lá e pode ter quilombola. Essas localidades quilombolas englobam tudo que é localidade que a gente foi recebendo informação [dos movimentos sociais e dos órgãos parceiros]. Foi um mapeamento colaborativo.

Na pesquisa [dissertação] eu abordo isso, porque a gente tem essa solução. A gente tem tecnologia para isso, foi discutido na “casa”, primeiro com a Diretoria de Informática e Tecnologia: se a gente tinha algo, se existia a possibilidade de a pergunta funcionar a partir da captação da coordenada geográfica, porque esse é um dado técnico muito crucial e algo que esse processo trouxe para o IBGE. Como que o IBGE divide

o território para fazer o censo? Até 2010, como dividia? Em setores censitários.

O setor censitário é uma estrutura rígida: para delimitar o setor censitário, dependendo se é rural ou urbano, tem um número certo de domicílios; ele é contíguo. E a realidade da população quilombola é que ela é espalhada, nem sempre vou conseguir delimitar um setor censitário. A gente precisava de uma estrutura territorial que superasse o setor censitário. Uma coisa que esse processo trouxe para o IBGE foi a superação, entre aspas, do setor censitário. Óbvio que existem setores censitários, as áreas de agrupamento e as áreas que foram delimitadas, os territórios oficialmente delimitados, eles foram definidos em setores censitários. Mas essas outras localidades quilombolas não dava para ser setores censitários, então é preciso uma camada, algo que se sobreponha aos setores censitários, e que a gente consiga fazer com que o quesito funcione nessas áreas.

A partir da tecnologia, um GPS - o dispositivo de coleta é como se fosse um celular -, fica aquela localização ligada. Se eu estou dentro dessa área, automaticamente o sistema abria a pergunta para indígenas e quilombolas. Indígenas eu posso falar depois, mas são essas “outras localidades quilombolas”. Quando a gente percebeu que tem uma solução técnica para isso, tem que fazer o quê? Tem que mapear, porque uma coisa que foi sendo descoberta ao longo do processo, tanto por nós, do IBGE, quanto pelos representantes quilombolas e pelos órgãos parceiros, é que definir essas áreas era definir quem ia responder à pergunta e quem não ia. E isso era muito sério, era uma responsabilidade muito grande.

Um parêntese, então: por que vocês iriam fazer a contagem dos quilombolas em áreas já pré-definidas que haveria quilombola?

Exatamente. Se tiver um quilombola fora dessas áreas, ele não vai aparecer no censo. E aí, quando caiu essa ficha, de que a gente vai definir quem responde e quem não responde, foi um deus nos acuda completo. Foi realmente um esforço da equipe de mapeamento para conseguir incluir a maior quantidade de áreas possível na nossa base territorial do censo. Então, não basta ficar preso aos territórios oficialmente delimitados; não basta ficar preso às comunidades certificadas pela Palmares. A gente sabia, os quilombolas falavam isso.

“A gente tem mais de seis mil comunidades pelo Brasil. A lista da Palmares não é suficiente”. E aí a gente começou a fazer o quê? Porque o mapeamento era crucial. Além dessa definição, o mapeamento era um discurso para quê? Para a gente identificar para o IBGE onde ia precisar ter treinamento específico, onde teria que direcionar recursos financeiros, mão de obra especializada para tratar desse tema. Então, todo aquele discurso do “não tem dinheiro para isso”, não precisa dar treinamento para todo mundo. A gente vai ter um dia a mais de treinamento nessas áreas aqui, nesses postos de coleta, nessas unidades estaduais. Por exemplo, Acre e Roraima são as duas unidades [da Federação] que não se tem notícia: a gente não teve nenhuma pessoa, não tem notícia de quilombola lá, a CONAQ também não atua lá. Então, são as unidades que não tem, as outras todas têm. Então, esse trabalho de mapeamento é crucial.

Isso foi algo que eu pensei também depois de reunir as entrevistas, que uma coisa é você participar do processo, outra coisa é você se sentar com esse “materialzão” e estudar isso, e ver como que essas entrevistas se cruzam, se descruzam. Eu percebi que esse mapeamento censitário quilombola foi crucial para estruturar, na “casa”, esse processo todo. Porque a partir dele foram definidas as áreas de treinamento, o orçamento, e

também foi a porta de chegada do IBGE nas comunidades. Porque, é importante dizer isso, o Brasil, até agora, não tem um órgão que reúna todas as informações sobre os quilombolas. O INCRA faz a titulação das terras, mas também têm os institutos estaduais de terras que fazem isso. E quem é que reúne toda essa documentação? Ninguém. Isso está espalhado pelo Governo Federal. E o IBGE precisa fazer o mapeamento.

Fernando Damasco, técnico responsável pelo mapeamento em nível nacional, e Marta Antunes, são os coordenadores do Grupo de Trabalho. Marta Antunes é antropóloga e o Fernando é geógrafo. Ele precisava reunir esses insumos todos. Registros administrativos. Os institutos de terra. A lista da Palmares era o ponto de partida: tinha ali três mil comunidades, por exemplo. Era a nossa meta mínima. Mas a gente tinha que ir além daquilo, porque o movimento quilombola cobrava isso da gente. Então, chegou uma hora que as equipes de mapeamento não achavam essas comunidades, mesmo as que estavam na listagem da Palmares.

A gente está falando de um mapeamento que precisa de um georreferenciamento, de uma delimitação. A Palmares não tem nada disso, tem só uma lista. Às vezes, uma certificação serve para várias comunidades. Enfim, é confuso, é um negócio sem padrão. O Governo Federal não tem esse trabalho. A primeira vez que quem fez isso agora foi o IBGE, para esse mapeamento censitário.

Então, o IBGE reuniu tudo o que tinha. Mandou para os estados - porque também tem uma seção de mapeamento [do IBGE] em cada estado. E eles são responsáveis por criar a malha de setores e de outras áreas naquele estado. Mas tem uma supervisão nacional. Você tem que achar essa listagem aqui. Essa é a liderança local. É o ponto focal da CONAQ. Enfim, [o Grupo de Trabalho] botou todo mundo para conversar, para a gente conseguir ir além das áreas que já estavam na lista da

Palmares e achar essas comunidades de fato. Porque tem comunidade que não tinha registro de localização nenhum. E ainda assim, foi um trabalho muito difícil. As equipes de mapeamento relatam essa dificuldade de encontrar as comunidades. Às vezes, tem desafios que a própria Superintendência fala: “No meu estado não tem”.

Enfim, foram muitos os desafios. Tem que lembrar que teve uma pandemia no meio, que dificultou a própria CONAQ para mobilizar as suas comunidades. Foi algo muito difícil com a pandemia. A gente tinha que fazer coisas online. A gente sabe que às vezes a comunidade é remota, não tem acesso à internet. Como é que se faz um trabalho de base numa pandemia, ou saindo de uma pandemia? O que eu posso dizer, depois que a coisa passou, e agora que eu estou reunindo esse material e escrevendo meu trabalho, é que o IBGE fez o maior e melhor mapeamento possível das localidades quilombolas. Ficou gente de fora? Provavelmente sim. Porque é muito difícil dar conta, num primeiro censo, de tudo. Mas a gente superou, e muito, a contagem, a listagem da Palmares. A gente chegou a mais de oito mil localidades quilombolas [8.441 localidades quilombolas] no país.

Mas é legal falar das localidades quilombolas. Muito além do que todos os registros administrativos apontavam, do que às vezes algumas pessoas do movimento social quilombola apontavam, superou as nossas expectativas. Existem coisas que a gente pode melhorar nesse mapeamento. A gente percebeu que, por exemplo, onde a CONAQ é mais ativa, é mais atuante, é mais articulada, o mapeamento foi melhor. Teve estado que a CONAQ não conseguiu ajudar muito, mas o MNU [Movimento Negro Unificado] ajudou. Em Santa Catarina, por exemplo, teve um apoio muito grande do MNU. E aí, depois que eles viram... Depois que saiu o resultado, algumas pessoas da CONAQ falaram: “Poxa, mas não sei quem ficou de fora”; “Mas aí o

próprio povo da CONAQ falou: “Vocês não mandaram, o IBGE falou para mandar”. Tinha também entre eles várias questões que apareceram, porque, repito, a CONAQ não é uma coisa homogênea. Tem as suas diferenças.

Daiane, você comentou sobre a classificação “agrupamento” e “outras localidades”. O que compreenderia então a categoria de territórios oficialmente delimitados?

É aquilo que eu expliquei. O IBGE chama, de forma geral, de localidades quilombolas os territórios quilombolas oficialmente delimitados, agrupamentos quilombolas e outras localidades. Esses três grupos formam o que o IBGE chama de localidades quilombolas. Os territórios oficialmente delimitados têm alguma delimitação formal. São áreas mapeadas pelos institutos de terra, pelo INCRA. O IBGE não criou esses limites, não mapeou isso, a gente recebeu o insumo do INCRA e desses outros institutos de terra. Todos os territórios que têm algum reconhecimento, que são delimitados de alguma forma [pelos órgãos responsáveis] pela questão fundiária. Uma coisa também, que isso foi meio didático para a “casa”, aprender esse processo de certificação, de delimitação. As comunidades, elas recebem o certificado da Palmares.

“Nós somos uma comunidade quilombola”. Isso é o certificado de comunidade quilombola que a própria comunidade solicita e recebe o certificado da Palmares. Mas quando entra numa questão fundiária, da titulação da terra, da delimitação do território, de que aquele território vai passar a ser daquelas pessoas que ali vivem, aí é um outro processo. O processo de delimitação, de demarcação, quem faz é o INCRA e esses institutos de terra dos estados.

Então, para entender, só as certificadas [pela Fundação Palmares] entram na categoria “comunidades declaradas e associadas a localidades”?

Não, isso se refere às comunidades que foram declaradas no censo pelos informantes, naquela outra pergunta “qual o nome da sua comunidade?”. Um território oficialmente delimitado pode ter várias localidades quilombolas, várias comunidades declaradas. Os oficialmente delimitados não são identificados pelo IBGE, são territórios que passaram por algum processo de demarcação desses institutos responsáveis por isso, seja o INCRA, seja o instituto de terra estadual. E aí, dentro desses territórios, podem ter várias comunidades, podem ter várias localidades. E a questão de ser associada, dessas “localidades associadas a comunidades”: por exemplo, alguém é de uma comunidade que fica em Cachoeira [Bahia], na área rural de Cachoeira. Mas uma família se mudou toda para o centro de Cachoeira. A gente colocou lá, o centro de Cachoeira, a gente identificou como uma possível área de presença quilombola.

Aí quando chega lá o recenseador, ele pergunta: “você se considera quilombola?”. A pessoa fala: “Sim”. “Qual é o nome da sua comunidade?”. Ele vai falar o nome da comunidade que está lá no interior de Cachoeira. Então, tem a comunidade declarada, lá na área rural de Cachoeira, e tem a localidade associada a essa comunidade, no centro da cidade. Por isso essa questão do “associado”. Para o IBGE, tem mais localidades do que comunidades.

Eu queria entrar nesse caso.

Tem comunidade que teve várias menções, em várias áreas diferentes. Uma coisa que a nossa metodologia não deu

conta é que esse dado foi feito para o município. Então, por exemplo, se a pessoa se mudou de um município para o outro: ela saiu da zona rural de Cachoeira e foi morar em Santo Amaro [Bahia], por exemplo, ou veio para Salvador, a gente não conseguiu fazer essa associação para a comunidade. Porque estava limitado ao município. Isso, com certeza, é algo que a gente vai discutir depois. Porque pode ter acontecido de uma pessoa ter mudado de região, ter mudado de estado. E isso a nossa metodologia ainda não deu conta.

Mas ainda assim captou esse tanto de localidades. O que é localidade para o IBGE? Localidade é um agrupamento, é um lugar que tem fixação de pessoas, que as pessoas ali moram. No caso das localidades quilombolas, tem que ter pelo menos 15 pessoas que se declaram quilombolas.

Precisa de 15 e no máximo 200 metros entre uma área e outra. Então, existe essa definição e a localidade é aquela coisa no espaço. Existe um ponto de GPS e vai existir uma poligonal ou só um ponto de GPS?

Nas localidades a gente não pode divulgar o polígono. A gente divulga os territórios oficialmente delimitados: tem o polígono, tem dados específicos para eles, a gente fez isso. Para os agrupamentos quilombolas também, que foram definidos em setores censitários, isso também vai existir, mas essas outras localidades quilombolas não. Isso também é uma questão política, porque a gente sabe que isso gera uma demanda fundiária. E é para isso que os quilombolas querem esse dado, no limite.

São várias questões, mas a gente sabe que a questão da terra é muito séria para essas pessoas e que existe um abismo muito grande, uma falta de... uma morosidade mesmo na titulação, na certificação e na titulação desses territórios,

dessas comunidades. A gente sabe que isso vai gerar uma demanda fundiária. Só que o IBGE não é um órgão fundiário, o IBGE é um órgão de estatística oficial. A nossa política pública é produzir estatística. A estatística em si é uma política pública e ela serve para embasar outras políticas. Como a política de cotas, por exemplo: os quilombolas foram incluídos na política de cotas nessa última revisão que teve. Porque essa política é feita com base nos dados do último censo do IBGE. Agora nós temos dados oficiais para quilombolas.

Essa foi uma discussão muito séria de que a gente não poderia... Isso foi um acordo que o Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais teve que fazer com os diretores do IBGE, de que a gente não divulgaria essas outras localidades, a delimitação. A gente divulga o ponto, a gente explica como esse ponto foi feito, foram várias pessoas que se declararam, cria o que a gente chama de “buffer”, que é uma área que expande ali, são coisas desses softwares de mapeamento.

Onde tem a maior concentração de pessoas declaradas é onde o ponto daquela localidade vai ficar, como se fosse o centro dessa localidade. Mas a gente não pode divulgar. Isso foi acordado em consulta. É óbvio, como qualquer coisa dos movimentos negros, qualquer demanda social, existem concessões a serem feitas. A gente não vai ganhar tudo. A própria política de cotas, por exemplo, é isso. Quando, sei lá, Abdias Nascimento pensou a política de cotas lá nos anos 40, não estava falando que era para pessoas de escola pública. A gente conseguiu aprovar uma lei de cotas que, na verdade, ela é submetida, subjugada a uma questão de classe, para depois vir a questão racial. É assim que o racismo opera no Brasil: de uma forma que não é reconhecido como um problema em si. Na lei de cotas das universidades só tem direito quem, de fato, tem até renda “x” e quem é de escola pública, por exemplo. Então, é óbvio que isso foi uma concessão que a gente teve que

fazer para essa lei ser aprovada. Provavelmente ela não seria.

Esses dados quilombolas por setor censitário, os dados desmembrados, a gente vai ter acesso? Eles vão ser divulgados dentro de um setor? Eu vou poder saber quantos, as condições dos quilombolas? Vai estar separado?

No setor censitário, vai. O que a gente não vai conseguir é por essas “outras localidades”, que não têm a delimitação divulgada, mas dentro do setor censitário, sim. A gente vai divulgar, dia 14 agora de novembro, a malha de setores. Porque tem a malha da coleta - o censo vai a campo com a malha de coleta. Essa coleta revela muitas coisas, porque a realidade é muito dinâmica, o território é dinâmico, a ocupação dessas e outras populações é uma ocupação dinâmica. Tem gente que é removida, tem área que se expande, tem grupos que se mudam. Depois da coleta do censo tem esse trabalho de ajuste para fazer a malha de divulgação dos resultados. Então, tem lá todo o trabalho de indicadores, a partir dos dados que vieram do censo, para fazer um reajuste.

Às vezes o setor está muito grande, tem que separar; às vezes é um setor que ficou com pouca gente e junta com outro. Existe um trabalho pós-censo, um trabalho muito árduo, muito difícil e muito sério, para a gente conseguir divulgar essa malha já revista. Então, isso vai sair dia 14. A partir daí, o que é muito importante também, a gente vai ter, por exemplo, a classificação rural-urbano. Porque os setores censitários são divididos, tem várias formas de classificação, mas a primeira grande divisão é o rural-urbano: tem o urbano denso, o urbano menos denso, o núcleo urbano, que às vezes é um núcleo urbano em uma área rural. Na área rural tem os lugarejos, enfim, tem os agrupamentos, tem vários tipos, várias classificações que o IBGE faz. Isso tudo vai sair no dia 14 de novembro. Vai ser bom,

porque por enquanto a gente não consegue saber quantos são [os quilombolas] em contexto urbano. Quais são as localidades que estão em contexto urbano, contexto rural, a gente ainda não sabe. Então isso tudo vai ser possível a partir do dia 14, que vamos ter essa possibilidade de cruzamento.

Daiane, a minha pergunta já é mais saindo dessas categorias classificatórias e indo numa informação relacionada aos quilombos, que me causou um pouco de surpresa, porque 20 anos fazendo trabalho de campo e 20 anos indo aos quilombos e entrevistando muitas pessoas idosas. Aquela relação das comunidades quilombolas com a ancestralidade, um tremendo respeito aos idosos, e causou um pouco de surpresa o índice de envelhecimento: para o país ele está em 80,3, e nas comunidades em 54,98. Então, existiria, eu sei que você está produzindo teu trabalho e tal, eu não sei se você está fazendo análise desses dados agora, nesse momento, mas o que te causou, você ficou surpresa também? Existem outros fatores que poderiam estar correlacionados a essa taxa, esse índice de envelhecimento nas comunidades quilombolas?

Essas populações mais vulnerabilizadas acabam sofrendo um processo muito sério de morrer cedo. Se você for olhar dentro dos territórios oficialmente delimitados, por exemplo, o índice de envelhecimento é um pouquinho maior do que para os quilombolas que estão fora dos territórios oficialmente delimitados, porque as populações ainda estão mais vulneráveis. Sexta-feira [08 de novembro] sai os dados para favelas e comunidades urbanas. É a mesma coisa. Nas favelas, o índice de envelhecimento é menor do que fora das favelas. A gente sabe disso, são vários fatores que influenciam: o acesso à educação, acesso à saúde, acesso ao saneamento básico. Olha

os dados de características dos domicílios, por exemplo. Ver quem tem acesso à água canalizada, à rede de esgoto, como que é o destino do lixo dessas pessoas, o que elas fazem com o seu lixo. Não é todo mundo que tem coleta bonitinha em casa, que a prefeitura passa e pega.

A gente precisa de outros dados do censo para refinar essa análise, como taxa de fecundidade, migração, trabalho e rendimento - é provável que o rendimento dessas pessoas seja menor de quem não é quilombola. Estou falando a partir de uma hipótese do que a gente tem notícia, mais ou menos, mas só os dados do censo vão poder falar isso depois. São várias situações de vulnerabilidade a que essas pessoas estão expostas. Então, é provável.

Esses dados não me causaram surpresa. O que me causou surpresa foi ver que dentro dos territórios quilombolas oficialmente delimitados a taxa é um pouquinho maior. O nível de envelhecimento é um pouquinho maior. Apesar de ter toda essa questão ancestral de cuidar dos idosos, de respeito etc., são pessoas que têm pouca oportunidade mesmo de envelhecer. Se você pegar pelo [quesito] cor ou raça, você vai ver que, mesmo no geral [Brasil], o envelhecimento das pessoas brancas é maior do que das pessoas pretas. E isso é algo que, historicamente, a gente precisa resolver.

Eu teria mais uma pergunta relacionada ao processo. Como foi realizado o processo de consulta? E eu tenho mais uma sobre Salvador. Daiane, uma coisa que me surpreendeu, por exemplo, foi Salvador, que é a capital que tem mais população quilombola do país. Tem 15.897. Senhor do Bonfim [município baiano] ter mais quilombolas no país já estava sendo veiculado. Tem uma coisa interessante: Maranhão tem mais localidades e Bahia mais gente. Salvador tem 40 localidades. Eu pude identificar pelo menos seis tipos

de compreensão do que é ser “localidade quilombola” em Salvador. Por exemplo, você tem um terreiro, o Ilê Axé Opô Afonjá. Uma outra possibilidade são localidades quilombolas associadas de quilombos rurais de outros municípios. A gente tem de Cachoeira: São Francisco do Paraguaçu, Tabuleiro da Vitória. Tem Zumbi dos Palmares, que é um quilombo de Maragogipe [município baiano], tem Tijuaçu, que é de Senhor do Bomfim. Se estou lendo isso corretamente, você falou disso, pessoas que são de lá, e que moram em Salvador, e que se identificaram como de lá. Isso. Uma terceira possibilidade são os quilombos certificados, como Alto do Tororó e outros na Ilha de Maré. Tem também bairros como Beiru, Calabar, identificados. E você tem, pelo que eu entendi, ruas [ou trechos de ruas]. Caquende não é um bairro de Salvador, é uma rua, uma localidade. Então é isso mesmo?

Sim. O que a localidade nos mostra? Como foi mapeado isso? A partir da pergunta, da segunda pergunta, que é “qual o nome da sua comunidade”. Então as pessoas declararam esses nomes. É a partir do que veio do censo. A gente mapeou ali, aquela área, onde a pergunta “abriu”, os três tipos de localidade: os territórios oficialmente delimitados, os agrupamentos e as outras localidades. E as pessoas que se declararam quilombolas, elas responderam essa segunda pergunta, que é “qual o nome da sua comunidade”. Então, esses nomes vieram do questionário do censo. Exclusivamente. É óbvio que tem todo um processo de calibrar e de limpar o banco, porque era um campo aberto. O recenseador também escreveu como ele achou que era. Às vezes é com K, com Q, U, não sei.

Em Salvador, por exemplo, Quingoma aparece duas

vezes: com K e com Q. Não devem ser duas localidades...

Talvez seja uma só. É a mesma. Provavelmente é a mesma. E é isso. Provavelmente isso depois vai virar uma coisa só, provavelmente passou na hora de limpar o dado. Mas, só para finalizar usando o caso de Salvador, nesses lugares onde foi feita a pergunta se você se considera quilombola e qual o nome [da comunidade], o trabalho de identificar as localidades foi o trabalho pré-censo e pós-censo também. Esses nomes vieram dessa pergunta, de qual o nome da sua comunidade. A comunidade declarada é que virou a localidade nesse mapeamento. Por isso que a gente viu, você falou aí dos quilombos que são do Recôncavo. As pessoas estão em Salvador, mas elas se declararam de uma comunidade que está lá, no Recôncavo. E isso para o IBGE virou uma localidade quilombola que está mapeada (não associada à comunidade, por conta daquela limitação da metodologia). É o trabalho pós-censo, a partir do que foi informado durante a coleta.

Só para finalizar: como o sistema não abriu essa pergunta para todo o universo, então a possibilidade de o recenseador fazer uma pergunta é porque já tinha previamente o potencial dali ter quilombolas nessa rua aqui do Caquende... Por exemplo, estou ajudando a escrever o histórico de uma comunidade em Jaguaripe [município baiano]: comunidade Ourives. Eles estão batalhando para ter a certificação da Palmares. Eles não aparecem no censo. Ou seja, não teve registro nesse trabalho do pré-censo de que ali pudesse potencialmente ser uma localidade. Então não foi aberta essa pergunta nessa área. É isso?

Se não foi mapeada, a pergunta não abriu. Uma coisa que é legal dizer é que foram 1 milhão e 300 pessoas mais ou menos

que se declararam quilombolas no Brasil. Só que a pergunta abriu para mais de 17 milhões de pessoas. Isso a gente vai divulgar também em breve. Acho que já está divulgado. A gente abriu até que muito mais. Justificar isso, estatisticamente, é até difícil para a gente enquanto Grupo de Trabalho. Porque isso é uma coisa que até as pessoas na CONAQ, enfim, tinham esse questionamento: “Ah, mas não abriu em todo lugar”. Só que a gente abriu em tantos outros. Ou talvez não tivesse 15 pessoas nessa localidade [comunidade Ourives] que se autoidentificasse como quilombola.

Exatamente. E aí ficou fora do mapeamento...

Isso é possível. São limitações. A gente tem que lembrar que o censo é uma simplificação da realidade. Não é a realidade em si, é uma leitura. Eu falo um pouco disso no meu trabalho [na dissertação] também. Que é o papel do censo não só identificar uma realidade que existe, mas “formar”. Existem autores que falam disso: o censo como um formador de categorias de identidades coletivas. Então as pessoas podem, a partir daqueles dados, também começar a se entender. O censo tem esse papel: não só identifica uma realidade dada, cria essa realidade também. Isso é muito importante para a gente ter em mente. Como vem acontecendo com os indígenas, provavelmente no próximo censo quilombola nós teremos mais pessoas identificadas. Nós teremos mais localidades mapeadas. O movimento social mais engajado. Os próprios técnicos mais engajados. Enfim, isso vai refinando nosso mapeamento, vai melhorando nossa captação de dados. O censo tem esse papel, o de informar, à sociedade, uma leitura de país. Nós somos uma população diversa. Nós temos vários grupos étnicos. Isso é importante. É um trabalho que eu fico bastante feliz e emocionada de ter participado. Porque eu enxergo um

potencial muito forte no que ainda pode ser feito a partir dele: tanto para as próximas operações [do IBGE], mas explorando ainda todos os dados que a gente tem possibilidade de explorar nesse censo que a gente está tratando agora. E de poder divulgar de várias formas, seja com o meu trabalho no IBGE, seja com o trabalho acadêmico, seja em rede social. Acho que são trabalhos que a gente precisa dar visibilidade, porque dizem muito sobre qual é a imagem de país que o órgão oficial de estatística está divulgando, está ajudando a construir. Isso é importante para mim.

Foram várias etapas de consultas. Desde 2016, eu acho, ou 2017. Não lembro quando foi a primeira, porque eu não participei das primeiras. Eu participei de 2018 para frente, que foi quando eu entrei no Grupo de Trabalho. Era assim, esse processo livre, prévio, esclarecido: era para a gente discutir e construir toda a metodologia de coleta, de divulgação, e a sensibilização. Porque também não adiantava o IBGE fazer todo um trabalho interno e externo de mobilização, de treinar a recenseador, de treinar toda a cadeia do censo. O nosso treinamento foi para todo mundo: do coordenador técnico, que é servidor efetivo do IBGE nos estados, até o recenseador, que bateu à porta. A gente teve que treinar todo mundo. É uma cadeia, são muitas pessoas. Não adiantava nada a gente fazer esse esforço e chegar lá na comunidade, e a pessoa falar: “Não, não sou quilombola”. Tem que ter um trabalho de sensibilização, de mobilização da base dos quilombolas. Então, isso tudo foi discutido nessas consultas.

O processo, e como é que se dava isso na prática, o IBGE chamava “consulta”: a gente organizava a consulta com a CONAQ, a Executiva Nacional. A CONAQ também é um órgão capilarizado: tem representantes estaduais e representantes locais. E os outros órgãos que tratavam do tema no Governo Federal: o INCRA participou das consultas, a Palmares

participou da consulta, a SEPPIR [Secretaria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, hoje Ministério da Igualdade Racial] participou da consulta, e o UNFPA, que era essa agência da ONU, que é uma coisa que não é do Estado, mas é uma agência que apoia também, e que dá uma legitimidade ao processo.

A UNFPA teve um papel muito importante. Eles pagavam a passagem das lideranças. O IBGE não tinha dinheiro para pagar tudo, e a gente tinha que garantir a participação dessas pessoas, desses grupos. Então, eles nos ajudaram financeiramente em um convênio entre IBGE e UNFPA para custear algumas coisas. A gente também fez uma divulgação direcionada: tem personagens quilombolas, tem um “videozinho” do IBGE sobre os quilombolas, tem um panfleto para a gente distribuir nas comunidades quilombolas. Não sei se vocês lembram, se vocês chegaram a ver isso: a divulgação do censo do IBGE era um homem branco, parecendo um alemão, olho claro, aquela coisa. E esse não era o corpo do recenseador que ia chegar aí para vocês.

Aquilo não dialogava com a realidade dos quilombolas. Até porque vários dos nossos recenseadores na Ilha de Maré [bairro de Salvador], isso é um dado muito bacana, toda a equipe do censo da Ilha de Maré era da própria Ilha de Maré. Os supervisores, os recenseadores, as recenseadoras: a equipe do IBGE daqui foi lá, divulgou o processo seletivo. Não podia ainda ter cota para quilombolas para entrar, para trabalhar no censo como temporário [não havia respaldo jurídico à época], mas a gente divulgou o processo seletivo. As equipes de recenseadores eram quilombolas também em muitos lugares, a gente tinha guias quilombolas, a gente fez uma divulgação específica, para imprimir coisas e distribuir nas nossas idas a campo. As consultas foram uma verdadeira arena de debate. Foi a primeira vez que todo mundo do Governo Federal que tratava do tema,

o movimento social, e o IBGE, sentaram-se na mesma mesa para conversar e ver o que fazer. Esse papel de entender, de traduzir a linguagem técnica do IBGE, as nossas limitações técnicas e políticas dentro da “casa”, ouvir essas demandas e entender o que cada órgão podia fazer, como podia colaborar, definir e redefinir os papéis, e óbvio, dialogar com a CONAQ e as representações quilombolas que estavam ali, de uma forma muito respeitosa. O que eu acho que é o mais importante: as consultas possibilitaram isso.

A gente fez até um “negócio” no WhatsApp que se chamava “Mapeia Quilombo”, porque chegou uma hora que não tinha mais de onde conseguir informação. Manda um ponto, a localização, sabe aquela coisa de mandar localização no WhatsApp? Manda a localização de onde tem gente quilombola. Os quilombolas mandavam direto para o celular que a gente tinha, da equipe de mapeamento, e tinha uma estagiária específica para reunir as informações daquele WhatsApp. Foi um esforço realmente muito grande e a consulta permitiu articular isso.

Foi nessa arena de debates que a coisa realmente nasceu, no diálogo entre os envolvidos, cada um apresentando as suas percepções. A Academia [científica] participou de uma primeira reunião técnica, mas a pedido dos quilombolas acabou sendo afastada do processo. Eles, quilombolas, afirmaram seu papel de protagonistas do processo, não queriam que outro grupo, seja a academia ou órgão de governo, falasse por eles.

Não sei se vocês já viram a divulgação dos primeiros resultados, que foi em Brasília, em 27 de julho de 2023. Têm falas de várias lideranças, e eles falam muito isso: “Nada sobre nós sem nós”. E a consulta permitiu essa construção, esse diálogo, discordâncias, conciliações, o que cada um podia fazer para que a coisa realmente acontecesse. Sem consulta não teria censo. Foi a primeira vez também que teve consulta, tanto com

representações indígenas quanto quilombolas, e foi um avanço muito grande na construção do censo, pensando na rigidez que tem um órgão de estatística oficial, como essa estatística pode ser feita com parâmetros, cumprindo as regras de estatísticas oficiais, mas respeitando também as especificidades.

A gente fala disso: na abordagem às lideranças, por exemplo, a gente sabe que têm situações muito diversas umas das outras. A gente precisa padronizar esse procedimento - não dá para cada estado fazer de um jeito. Então isso tudo foi pensado no nosso projeto técnico, foi testado em campo, foi discutido em consulta. Vai ter guia? Não vai ter guia? Em que situações vão ter os guias? Porque guia também é recurso - não podia ter em todas as comunidades. Teve que definir quais eram os critérios que a comunidade tinha que atender para ter um guia comunitário. O guia permitia a circulação: às vezes a comunidade era muito grande, ou era numa área de conflito. São vários fatores que foram discutidos e definidos em consulta, que trouxe esse sucesso mesmo. A leitura que a gente do IBGE faz é de que foi uma operação muito bem-sucedida.

Foi muito bacana Daiane. Muito obrigada por esses esclarecimentos e por contar tua história.

The IBGE and the Challenges of the 2022 Quilombola Census: Interview with Daiane Ciriáco

Abstract: The interview presents some challenges facing IBGE regarding the production of the 2022 Maroons Societies (“quilombola”) Census. The pre-production period involved articulations internal and external to the Organ (with other institutions and with the quilombola movement) in the construction of sensibilities and methodologies, in addition to mapping quilombola locations for the “application” of the questionnaire with the question about the identification “quilombola”. Finally, the post-production period of the census was also addressed, with issues surrounding dissemination.

Keywords: Quilombola Census. Mapping. Quilombola Identification.

Submetido em: 28/11/2024

Publicado em: 29/11/2024